

Requerimento nº de 2008

(Deputado Edinho Bez PMDB-SC)

Propõe a realização de Audiência Pública para debater o sistema de arbitragem no futebol brasileiro, em vista de acontecimentos registrados nos estádios nos últimos tempos.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 24, III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater o sistema de arbitragem no futebol brasileiro, em vista de acontecimentos registrados nos estádios nos últimos meses. Para esses esclarecimentos, solicito sejam convidados:

- Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Sérgio Corrêa da Silva;
- Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva (TJD), Rubens Approbato Machado;
- Presidente da Associação Nacional de Árbitros de Futebol (ANAF); Jorge Paulo de Oliveira Gomes; e
- Presidente do Clube dos 13, Fábio Koff.
-

Justificativa

Temos presenciado crescente onda de conflitos envolvendo árbitros de futebol no Brasil, inclusive influenciando nos resultados de inúmeras partidas de futebol. São conflitos entre árbitros principais e auxiliares, que divergem sobre penalidades e até mesmo sobre jogadas que resultam em gols, entre árbitros e torcidas; entre árbitros e dirigentes de clubes; e mesmo entre árbitros e jogadores. Chegou ao cúmulo de um jogador, em jogo oficial, tomar o cartão amarelo da mão do árbitro, para revidar a punição que havia recebido.

A postura do árbitro ao aplicar as punições, incluindo a própria forma de mostrar o cartão e as palavras que usa, foram, aliás, tema de reunião da própria Comissão de Árbitros da CBF, em agosto deste ano. O resultado, entretanto, foi um ofício circular encaminhado aos árbitros, sugerindo a “postura firme, porém respeitosa” desses profissionais, desde o momento de entrar em campo até as conversas que são mantidas durante as contendidas.

O sorteio de árbitros para todas as divisões dos campeonatos brasileiros têm sido relegada a um segundo plano, sob a alegação de que muitas vezes o sorteado não pode ser indicado, por razões diversas, como o fato de ser da mesma unidade da federação de algum dos times do evento. Entretanto, não há critérios claros para escolha de árbitros, possibilitando distorções que têm sido insistentemente apontadas pela mídia como troca de favores, por exemplo.

O “livro de regras de futebol”, manual oficial da CBF, é vago sobre muitos aspectos e a própria justiça desportiva é desprovida de normas claras sobre determinados procedimentos que gerem conflitos.

É fundamental, portanto, que a Câmara dos Deputados esteja preparada para propor novas leis que possam eliminar as distorções hoje registradas.

EDINHO BEZ
Deputado Federal PMDB-SC